



CONTRATO Nº 027/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE, ENTRE SI, FAZEM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, POR SUA DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, E A EMPRESA WANDERLY SOARES DE SOUZA EPP, POR SEU REPRESENTANTE LEGAL, PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, NA FORMA ABAIXO:

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.733.319/0001-80, com sede na Rua Monsenhor Walfredo Leal, nº 487, Tambiá, João Pessoa/PB, CEP: 58.020-540, neste ato representada por sua **DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, Dr^a MARIA MADALENA ABRANTES SILVA**, inscrita no CPF/MF sob o nº 185.931.604-25, RG nº 522.348 SSP/PB, aqui por diante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado como **CONTRATADA** a empresa **WANDERLY SOARES DE SOUZA EPP (OXENTE COMÉRCIO E SERVIÇOS)**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.589.693/0001-16, sediada na Avenida Bahia, nº 630, Sala 02, Bairro dos Estados, João Pessoa-PB, neste ato representada pelo **Senhor ANDRÉ OLIVEIRA SANTANA**, brasileiro, solteiro, administrador, RG Nº 3145276 SSP/PB, CPF/MF Nº 073.979.434-54, resolvem celebrar, por força do presente instrumento, baseado no Processo Administrativo nº 00006.002821/2017-1, Processo licitatório nº 063/2017 e PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017, o **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA** a seguir caracterizado, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO SUPORTE LEGAL

1.1 - O presente contrato reger-se-á pelos seguintes diplomas legais:

- a) Constituição Federal (artigo 37, XXI).
- b) Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.
- c) Constituição do Estado da Paraíba.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

2.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada no **FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, DESCRITO NO LOTE Nº II, DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I-A, DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017-DPPB**, a fim de atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado da Paraíba.

2.2 - Para gerirem este contrato, por parte da **CONTRATANTE**, durante sua vigência serão designados servidores da entidade **CONTRATANTE**, através de Portaria.

2.3 - A **CONTRATADA** indicará preposto para representá-la junto à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

3.1 - Aplicam-se ao presente contrato, como se neste estivessem integralmente transcritos os documentos a seguir relacionados, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento.

3.1.1 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017.

3.1.2 – Anexo I – Projeto Básico/Termo de Referência – Descrição do Objeto.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, conforme especificado na Proposta definitiva de preços/percentuais de responsabilidade da CONTRATADA, os valores relativos ao objeto contratado, acompanhadas das Notas Fiscais, sendo o **valor total estimado de até R\$ 12.780,00 (Doze mil, setecentos e oitenta reais)**, referente ao LOTE II.

Parágrafo único: Por se tratar de estimativa, os valores previstos no item 4.1 poderão sofrer variação, devendo ser sempre observada a existência de aporte orçamentário para suprir os pagamentos devidos.

4.2. O percentual/preços dos serviços/produtos ora contratados são aqueles constantes da proposta da contratada apresentada no Pregão Presencial nº 008/2017, a qual passa a ser parte integrante deste instrumento, estando incluídos no referido percentual/preços todos os custos diretos e indiretos necessários para o fornecimento dos produtos, objeto desta avença.

4.3 – É permitida a repactuação dos preços ajustados, como forma de preservar o equilíbrio econômico-financeiro, e tem amparo especialmente no art.65, inciso II, aliena “d”, da Lei de Licitações, devendo ter, nesse caso, como fundamento, um fato imprevisível, ou previsível com consequências incalculáveis, que comprometa tal equilíbrio.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - A vigência do contrato será de **12 (doze) meses** contados a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado, nos termos que estabelece o artigo 57 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E LOCAL DE ENTREGA

6.1 – A prestação do serviço, quanto ao fornecimento dos produtos, deverá ser realizada pela CONTRATADA, por demanda, e se iniciará após os trâmites dos prazos legais, oriundos da licitação, após assinatura do contrato, admitida prorrogação uma única vez e por igual prazo, desde que mediante autorização por escrito do CONTRATANTE.

6.2 – O local em que os produtos deverão ser entregues: RUA MONSENHOR WALFREDO LEAL, Nº 487, 1º ANDAR, BAIRRO TAMBIAÁ, JOÃO PESSOA-PB – CEP.: 58020-540.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado mediante ordem bancária para crédito em conta da CONTRATADA ou através de código de barras. Neste caso, a Nota fiscal/Fatura deverá possuir o respectivo código que permita o pagamento. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, em 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, depois de aceite DEFINITIVO e liberação da documentação pela CONTRATANTE.



Parágrafo primeiro - O pagamento do objeto contratado será feito mediante a apresentação da nota fiscal, indicando o número da inscrição no cadastro de contribuintes do ISS – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, de competência do município em que seja estabelecida a CONTRATADA, ou do ICMS de competência do Estado em que seja estabelecida a CONTRATADA, conforme seja o objeto do contrato passível da incidência de um dos dois impostos.

Parágrafo segundo - Deverá ser comprovada a regularidade da empresa mediante a emissão das seguintes certidões de regularidade fiscal:

- a) Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- b) Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS.
- c) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda Estadual de onde se situar o estabelecimento da empresa contratada.
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda Municipal de onde se situar o estabelecimento da empresa contratada.

Parágrafo terceiro – Admitir-se-á a participação no certame de empresa matriz e/ou filial, entretanto, as certidões a serem apresentadas para assinatura do contrato e para pagamento durante a eventual prestação do serviço deverá ser da mesma empresa proponente, não se admitindo a participação de matriz e a posterior apresentação da documentação de filial e vice-versa.

Parágrafo quarto – As certidões supracitadas serão obtidas mensalmente pela DPPB a partir do site oficial do respectivo órgão, devendo a licitante manter durante todo o contrato as condições de habilitação. No caso de não emissão de alguma certidão, a empresa prestadora do serviço será notificada para regularizar a situação, cabendo a mesma providenciar a regularização para posterior pagamento.

Parágrafo quinto – Para os efeitos do disposto no art. 206, do Código Tributário Nacional, a Certidão Positiva com Efeito de Negativa terá a mesma validade da certidão negativa de débitos de tributos.

Parágrafo sexto – Na falta de qualquer certidão de que trata a cláusula sétima, deste Termo, o órgão Contratante fica expressamente autorizado a ajuizar ação de consignação em pagamento, de maneira a não caracterizar a situação de inadimplência, devendo tal disposição estar contida no texto do contrato administrativo resultante da licitação. Tal disposição se aplica também na hipótese de aditivo contratual de prorrogação.

Parágrafo sétimo – O pagamento será, preferencialmente, efetuado por objeto contratual efetivamente entregue ou prestado e aceito, mediante a emissão de ordem bancária em favor da CONTRATADA.

Parágrafo oitavo – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo nono - A CONTRATADA responderá pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, na execução deste contrato, pelo pessoal diretamente vinculado e subordinado, não podendo, para quaisquer finalidades, caracterizar relação de natureza empregatícia com a CONTRATANTE.

Parágrafo décimo - Os valores a serem pagos à CONTRATADA não ultrapassarão o limite previsto neste CONTRATO, salvo na hipótese de aditivo contratual, nos limites legais.



Parágrafo décimo primeiro – A CONTRATANTE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, os bens ou serviços não estiverem em perfeitas condições ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas pela CONTRATADA.

Parágrafo décimo segundo – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos, podendo a CONTRATANTE deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos do presente ajuste.

Parágrafo décimo terceiro – Nos casos onde ocorram eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas.

$EM = I \times N \times VP$ e $I = (TX / 100) / 365$ Onde:

I = Índice de atualização financeira diário;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6% (seis por cento ao ano);

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Parágrafo décimo quarto – Nas hipóteses previstas na legislação pertinente, quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá também destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “ISS a ser recolhido por substituição tributária”, na hipótese de a legislação tributária do município de seu estabelecimento assim determinar, se o objeto do contrato se referir a prestação de serviços sujeita à incidência desse imposto. A inexistência do destaque de que trata o caput deste parágrafo não impede a retenção por parte da CONTRATANTE.

Parágrafo décimo quinto - Sempre que a CONTRATADA apresentar sua nota fiscal em dissonância com o disposto nesta cláusula, o respectivo documento fiscal será devolvido à CONTRATADA para as devidas retificações, devendo, sempre que solicitado, emitir novo documento fiscal, reiniciando-se, dessa forma, o prazo previsto no item 7.1, desta Cláusula.

Parágrafo décimo sexto – A CONTRATANTE poderá, a seu critério, descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA o custo com postagem de ofício decorrente de devolução de nota fiscal ou outro documento idôneo correspondente. O valor a ser descontado será o correspondente ao custo de SEDEX (com aviso de recebimento) ao CEP da CONTRATADA, relacionado na tabela praticada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT junto à CONTRATANTE.

Parágrafo décimo sétimo – Fica a Contratante responsável pela consulta online da documentação referente ao parágrafo segundo, ficando a contratada responsável de enviar a referida comprovação documental em caso de indisponibilidade pelo acesso ao Sistema. Outrossim, o pagamento encontrar-se-á desta forma, condicionado a necessária comprovação da regularidade fiscal.

Parágrafo décimo oitavo – O pagamento do objeto do Contrato já executado será feito mediante a apresentação da nota fiscal. O CNPJ constante na Nota Fiscal deverá ser a do estabelecimento da Contratada, adjudicatária da licitação.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



8.1 - Os recursos para pagamento das despesas decorrentes da presente contratação correrão, à conta da dotação orçamentária:

Programa/Ação de Trabalho nº 141010312250464216;

Natureza de Despesa 339030;

Fonte de Recurso: 100.

CLÁUSULA NONA - DO EMPENHO DA DESPESA

9.1 - Os recursos necessários ao atendimento da despesa inerente ao presente Contrato, estão regularmente inscritos na Nota de Empenho Estimativo.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1.1 - Caberá à CONTRATADA:

a) Cumprir fielmente o presente Contrato e as obrigações, responsabilizando-se integralmente pela execução integral do contrato, obedecendo rigorosamente à programação constante da licitação;

b) Não subcontratar, ceder ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários, ou pagar em dobro o custo desses reparos, se a Contratante os fizer independentemente das penalidades cabíveis;

d) Comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução da operação;

e) Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Responder perante a CONTRATANTE por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução do contrato, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a CONTRATANTE de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

g) Observar e fazer cumprir os procedimentos destinados ao controle e acompanhamento do contrato estabelecidos pela CONTRATANTE;

h) Manter, à frente do contrato representante que responda, integralmente, pela Contratada, em todos os atos, inclusive por danos causados ao patrimônio da Contratante;

i) Qualificar seus empregados, exigindo a qualificação necessária para a execução das tarefas contratadas, fiscalizando o cumprimento;

j) Assumir as responsabilidades e obrigações constantes do Edital e seus anexos, em especial o disposto no Termo de Referência, bem como as que lhe forem correlatas, ainda que aqui não expressas, inclusive pelos danos causados direta ou indiretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa.

k) Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da

execução deste contrato, tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vale-transporte, vale refeição e outras que porventura venham a ser criadas e ou/exigidas pelo Governo, devendo ainda responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a contratante.

l) Executar com perícia o contrato, obedecendo às normas e às especificações contidas no termo de referência do ato convocatório;

m) Além das obrigações contidas neste parágrafo a CONTRATADA se obriga a executar o contrato de acordo com o detalhamento, descrição e especificação, contidas no termo de referência independentemente de transcrição;

n) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade do material;

o) Reparar, corrigir, remover, reconstruir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

p) Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos materiais, fornecendo todo o material de acordo com as especificações técnicas e assumindo as despesas referentes a transporte, carga, descarga e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, assim como o processo de sua utilização.

q) Solicitar autorização prévia da contratante para entregas fora do horário útil (noturno, finais de semana e feriados), com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para a devida autorização e acompanhamento da Fiscalização.

10.2 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

10.2.1 - Caberá à CONTRATANTE:

a) Designar formalmente, um gestor para acompanhar e fiscalizar o contrato;

b) Publicação no D.O.E. do extrato deste contrato, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura;

c) Notificar imediatamente a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;

d) Proporcionar todas as facilidades visando a boa execução do contrato, inclusive, comunicando a CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, sobre eventual mudança de endereço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Para garantir maior racionalização e objetividade à execução do contrato de prestação do serviço de comunicação, os órgãos Contratantes e a Contratada deverão indicar, oficialmente, no ato da assinatura do contrato, profissionais que os representarão, passando a atuar como Gestores do Contrato.



11.2. Os gestores do contrato ficarão responsáveis pelas atividades de planejamento, coordenação e controle da execução de todo o projeto, além do acompanhamento do cumprimento dos prazos e metas estabelecidos, além da aprovação das faturas relativas à prestação dos serviços.

11.3. Ao Gestor do Contrato nomeado pelo órgão **Contratante** caberá, entre outras atribuições:

- a) Zelar para que as atividades a cargo do órgão Contratante sejam cumpridas dentro dos prazos estabelecidos;
- b) Acompanhar execução dos serviços a cargo da Contratada, permitindo, sempre que informado previamente, o acesso dos técnicos, bem como dos profissionais por ela sub-contratados, às instalações das unidades da Contratante, de modo a possibilitar a execução das implantações, ampliações e manutenções preventivas, a fim de fazer cumprir o objeto licitado;
- c) Zelar para que os serviços de manutenções corretivas sejam executados dentro dos prazos contratuais, com os respectivos registros dos códigos de abertura dos chamados, que garantirão o acesso dos técnicos, bem como dos profissionais terceirizados pela Contratada, às instalações das unidades do órgão Contratante;
- d) Zelar para que os profissionais alocados pela Contratada para prestação dos serviços só tenham acesso às dependências das unidades do órgão Contratante mediante apresentação de cartões de identificação profissional com fotografia e número de identidade;
- e) Manter registro das atividades relacionadas ao desenvolvimento do contrato;
- f) Agendar reuniões periódicas com a Contratada para avaliação dos serviços prestados, recomendar alternativas de soluções para os problemas detectados, apontando eventuais deficiências verificadas na execução dos serviços e solicitando imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato;
- g) Conferir pormenorizadamente os valores cobrados nas faturas emitidas pela Contratada.

11.4. A **Contratada**, através do Gestor do Contrato por ela nomeado, caberá, entre outras responsabilidades:

- a) Assegurar o sigilo sobre as informações relativas ao órgão Contratante;
- b) Zelar para que as atividades a cargo da Contratada sejam cumpridas dentro dos prazos estabelecidos;
- c) Assegurar a capacitação necessária das equipes responsáveis pela realização dos trabalhos;
- d) Acompanhar a execução dos serviços, solicitando, quando necessário, o acesso de seus técnicos, bem como dos profissionais subcontratados, às instalações das unidades do órgão Contratante, de modo a possibilitar a execução das implantações, ampliações e manutenções preventivas, a fim de fazer cumprir o objeto licitado;
- e) Zelar para que os serviços de manutenção corretiva sejam executados dentro dos prazos contratuais, mediante registros dos códigos de abertura dos chamados, que garantirão o acesso dos técnicos, bem como dos profissionais terceirizados pela Contratada, às instalações das unidades do órgão Contratante;
- f) Garantir que todos os profissionais alocados para prestação de serviço nas dependências do órgão Contratante apresentem cartões de identificação profissional com fotografia e número de identidade, para que tenham acesso controlado;
- g) Providenciar imediata substituição, ante a expressa manifestação escrita do Gestor do Contrato nomeado pelo órgão Contratante, de quaisquer de seus profissionais e encarregados da execução dos serviços, que não corresponderem aos princípios éticos e morais nas suas dependências;
- h) Garantir que todas as atividades sejam realizadas dentro dos padrões de qualidade, segurança e higiene, observando os requisitos da medicina do trabalho e prevenção contra incêndios;
- i) Manter registro das atividades relacionadas ao desenvolvimento do contrato;
- j) Participar de reuniões periódicas com o Contratante para avaliação dos serviços prestados, apresentando soluções para os problemas detectados, adotando providências no sentido de superar eventuais deficiências verificadas na execução dos serviços.



- l) As faturas deverão ser emitidas até o dia 05 do mês subsequente ao período de prestação dos serviços, contendo resumo dos valores cobrados pelos serviços prestados;
- m) As faturas deverão ser entregues na sede administrativa do órgão Contratante, com prazo para vencimento não inferior a 10 (dez) dias após a data da efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 - Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, sempre através de Termo Aditivo.

Parágrafo primeiro- O CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo dos serviços contratados, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, sendo permitida a repactuação dos preços ajustados, como forma de preservar o equilíbrio econômico-financeiro, e tem amparo especialmente no art. 65, inciso II, aliena “d”, da Lei de Licitações, devendo ter, nesse caso, como fundamento, um fato imprevisível, ou previsível com consequências incalculáveis, que comprometa tal equilíbrio.

Parágrafo segundo – Em se tratando de contrato decorrente de Ata de Registro de Preços, estando dentro do prazo de sua validade, os quantitativos poderão ser acrescidos através de aditivo, sem se aplicar, neste caso, o limite previsto no parágrafo anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 - Este Contrato poderá ser rescindido mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de ressarcimento, exceto o direito de receber o estrito valor correspondente aos serviços já realizados.

Parágrafo primeiro - O Contrato poderá ainda ser rescindido, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, especificações ou prazos;
- b) decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da CONTRATADA;
- c) alteração do Contrato Social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução deste pacto;
- d) cometimento reiterado de faltas, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n.º 8.666/93;
- e) lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade na execução do contrato, nos prazos estabelecidos;
- f) paralisação do contrato, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- g) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência parcial ou total, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a anuência expressa da CONTRATANTE;



i) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;

j) supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial deste contrato, além do limite permitido no § 1º, do art. 65, da Lei n.º 8.666/93;

k) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva de sua execução;

l) no interesse da Administração, mediante comunicação com antecedência de 30 (trinta) dias, e o pagamento dos serviços realizados até a data comunicada no aviso de rescisão.

Parágrafo segundo - A CONTRATADA, se der causa à rescisão contratual, fica sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.

Parágrafo terceiro - A inexecução total ou parcial deste Contrato, por parte da CONTRATADA assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do art. 77 da Lei n.º 8.666/93, bem como nos casos citados nos Arts. 78 a 80, do mesmo diploma legal, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

Parágrafo quarto - A rescisão do Contrato, nos termos do Art. 79 da Lei n.º 8.666/93, poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do Art. 78, da Lei n.º 8.666/93;

b) amigável, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;

c) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

14.1 - Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a nota de empenho e/ou assinar o contrato, a sessão será retomada e a demais licitantes chamada na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades seguintes, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis:

a) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

b) Na hipótese de apresentação de declaração falsa ou deixar de apresentar a documentação exigida para o certame, ficará impedido de contratar com o Estado, e, se for o caso, será descredenciado no SIREF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e demais cominações legais.

Parágrafo primeiro - Pela recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho e/ou assinar o contrato ou pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas e/ou erros de execução, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante CONTRATADA, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) ficará a CONTRATADA, sujeito a multa de 2% (dois por cento) da parcela não executada a critério da Administração;



c) suspensão temporária do direito de participar, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

Parágrafo segundo - As sanções de que trata o parágrafo anterior são de competência exclusiva da Senhora DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de aplicação.

Parágrafo terceiro - O valor da multa aplicada, após regular Processo Administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, cobrados judicialmente.

Parágrafo quarto - As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais comprovados, a critério da autoridade competente da CONTRATANTE e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do vencimento estipulado para o cumprimento do objeto desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO

15.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo nº 00006.002821/2017-1-DPPB, ao Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017, Ata de Registro de Preços nº 005/2017 e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 - A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada em extrato, no Diário Oficial do Estado, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no Parágrafo Único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas e entregues se enviadas por carta protocolada, fax ou correio eletrônico, mediante recibo ou outro meio onde fique formalizado o recebimento.

17.2 - Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato, ou no exercer prerrogativa dele decorrente, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo.

17.3 - Não constituem inadimplência os casos fortuitos ou de força maior previstos no art. 393 do Código Civil.

17.4 - O presente contrato não poderá ser alterado ou modificado em nenhuma das suas cláusulas e condições, salvo mediante mútuo acordo por escrito firmado por ambas as partes.

17.5 - As PARTES CONTRATANTES declaram, sob as penas da Lei, que os signatários do presente



Instrumento são seus bastantes representantes/procuradores legais, devidamente constituídos na forma dos respectivos Estatutos/Contratos Sociais, com poderes para assumir as obrigações ora pactuadas.

17.6 - As PARTES reconhecem que o presente instrumento foi elaborado dentro dos mais rígidos princípios da boa-fé e da probidade, sendo fruto do mútuo consentimento expresso em cláusulas que atendem plenamente os seus recíprocos interesses comerciais. Declaram, outrossim, que leram e compreenderam integralmente o conteúdo ora avençado, tendo sido exercida em toda a sua plenitude a autonomia da vontade das partes, reconhecendo que o presente ajuste é equânime e livre de ambiguidades e contradições.

17.7 - Fica desde já convencionado entre as PARTES, que caso haja alguma divergência entre as cláusulas do presente Contrato e as condições estabelecidas nos Anexos que o integram; serão consideradas como preponderantes as condições e disposições constantes nesse Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 - O foro para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato é o da Justiça do Estado da Paraíba, comarca de João Pessoa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e CONTRATADAS, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado no setor administrativo da CONTRATANTE, de acordo com o Art. 60 da Lei n.º 8.666/93.

João Pessoa/PB, 16 de outubro de 2017.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
CONTRATANTE



WANDERLY SOARES DE SOUZA EPP
ANDRÉ OLIVEIRA SANTANA
CONTRATADA

TESTEMUNHA 1

NOME: Olimpia S. Duarte

CPF: 024375054-40

TESTEMUNHA 2:

NOME: _____

CPF: _____



**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA**

PROVIMENTO Nº 11 - RDC OFICIAL
NESTA DATA
EM 27 / 10 / 2017
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

EXTRATO DE CONTRATO

Nº PROCESSO: 00006.002821/2017-1

Nº DO CONTRATO: 027/2017

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

CONTRATADA: WANDERLY SOARES DE SOUZA EPP

OBJETO DO CONTRATO: FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, LOTE Nº II DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I-A, PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017-DPPB

PERÍODO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA DESTES CONTRATO.

VALOR ANUAL ESTIMADO DO CONTRATO: R\$ 12.780,00 (DOZE MIL, SETECENTOS E OITENTA REAIS).

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 141010312250464216.339030.100

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2017

EMBASAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

ERRATA DO EXTRATO PUBLICADO EM 11/10/2017: ONDE SE LÊ “DATA DA ASSINATURA: 28/09/2017”, LEIA-SE: “DATA DA ASSINATURA: 16/10/2017”.


MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
Defensora Pública Geral do Estado da Paraíba

CONTRATUAL
ADITIVO Nº 1691/2017.
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2014.
LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA E A MAXIFROTA SERVIÇOS
ROTA LTDA.
 O Aditivo tem por objeto, formalizar a alteração da Razão Social da NUTRI-
 CNPJ nº 42.194.191/0001-10, decorrida da operação de cisão da contratada
TA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA, com o CNPJ nº
 de 06 de outubro de 2017.
ÁREA: Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba na seguinte
 0.01101.5046.4216, no Elemento de Despesa 33903900.100.
CONTRATO: R\$ 796.246,00 (Duzentos e noventa e seis mil duzentos e
 TO: 12.02.2017 a 11.02.2018.
ÁRIOS: DEPUTADO GERVÁSIO MAIA, DEPUTADO RICARDO BAR-
 NCO MENDES E A SRA. ROSANE DE FREITAS MANICA.
 de 2017.
MAIA

AL
ADITIVO Nº 1890/2017.
LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8666/93.
LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA E A DROGARIA DROGA-
FARMÁCIA para fornecimento de medicamentos de uso contínuo, destinados
 Legislativa até o final do presente exercício financeiro.
ÁREA: Orçamento da Assembléia Legislativa na classificação funcional
 2.5046.4216, no elemento de despesa 33903000.100.
 R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil Reais);
 TO: 25.10.2017 a 31.12.2017.
DO GERVÁSIO MAIA, DEPUTADO RICARDO BARBOSA, DEPUTADO
SR. FERNANDO FLÁVIO DO NASCIMENTO JUNIOR.
 de 2017.
MAIA

Paraíba

LICITAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
MISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CONVOCAÇÃO PARA 2ª CHAMADA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2017
PARA REGISTRO DE PREÇOS
REGISTRO NA CGE Nº 17-01002-2

MENTE DE LICITAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PA-
 a primeira convocação foi no dia 26 de outubro de dois mil e dezessete foi
 conhecimentos dos interessados que realizará uma *segunda convocação* para
PREGÃO PRESENCIAL 0011/2017 PARA REGISTRO DE PREÇOS, no dia
 a partir das 09h00min, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALI-**
ZAÇÃO E ASSENTAMENTO DE PEÇAS EM GESSO - TIPO: (JUNTA DE
EM GESSO LISO, REVESTIMENTO, DIVISÓRIA, FRISOS E OUTROS)
EM OS PRÉDIOS DO CAMPUS I DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
 forme especificações constantes no anexo i do edital.
 disponível nos site www.uepb.edu.com.br.
 (83) 3315-3348 ou 3315-3412

Campina Grande, 26 de outubro de 2017

Rosália Alves Monteiro
 Pregoeira

CONTRATOS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

02497-8
 15/2017
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
AREA - COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS
DE MATERIAL PERMANENTE PARA O CONVÊNIO 709653/2009 FIR-
MINISTÉRIO DA SAÚDE E A UEPB.

22.204.12.364.5006.4502.0274.4490.52.283.00

Extrato de Contrato
 Nº do Cadastro 17-02498-6
 Nº do Contrato 1012/2017
 Contratante UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
 Contratado SIGNUM TECHNOLOGIES MEDIÇÃO E AUTOMAÇÃO LTDA
Objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA O CONVÊNIO 709653/2009
 MADO ENTRE O MINISTÉRIO DA SAÚDE E A UEPB.
 Valor 81.000,00
 Classificação Funcional-Programática 22.204.12.364.5006.4502.0274.4490.52.283.00
 Período da Vigência do Contrato 24/10/2017 A 24/12/2017
 Data da Assinatura 24/10/2017
 Gestor do Contrato KÁTIA ELIZABETE GALDINO - Mat.: 122.383-6
 ANTONIO GUEDES RANGEL JUNIOR - REITOR

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Extrato de PROTOCOLO (DEC. 33.844/2013)
 Nº do Cadastro 17-81302-6
 Nº do Instrumento 0010/2017
 Concedente SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
 Conveniente DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DA PAR
Objeto PRESTAÇÃO DE MÃO DE OBRA PRISIONAL FORNECIDA POR REEDUCAND
 SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DA PARAÍBA, QUE SE ENCONTREM CUMPRINDO
 EM REGIME ABERTO, SEMIABERTO, E EM LIVRAMENTO CONDICIONAL, DECRET
 PELA JUSTIÇA CRIMINAL, COM OBJETIVO DE PROMOVER A REINTEGRAÇÃO SC
 DOS MESMOS, ELEVAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA E DESENVOLVIMENTO DO CAR
 EDUCATIVO E PRODUTIVO SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO.
 Valor 0,00
 Período da Vigência do Instrumento 2/8/2017 A 2/8/2018
 Data da Assinatura 2/8/2017
 WAGNER PAIVA DE GUSMÃO DORTA - SECRETÁRIO

Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência

FUNDAÇÃO CENTRO INTEGRADO DE APOIO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA-F
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 9912406035
 Contratante: FUNDAÇÃO CENTRO INTEGRADO DE APOIO AO PORTADOR DE DEF
 CIA-FUNAD
 Contratado(a): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT.
 Objeto: Prorrogação do prazo do Contrato original
 Classificação Funcional Programática: 22208.08.122.5046.4216.0000.0000287.33903900.100
 Orçamentária: 00211
 Período da Vigência 04/11/2017 a 04/11/2018
 Data da Assinatura 13/10/2017
 SIMONE JORDÃO ALMEIDA - Presidente

Defensoria Pública do Estado da Paraíba

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

EXTRATO DE CONTRATO
 Nº PROCESSO: 00006.002821/2017-1
 Nº DO CONTRATO:027/2017
 CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
 CONTRATADA: WANDERLY SOARES DE SOUZA EPP
OBJETO DO CONTRATO: FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA
 Nº II DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I-A, PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017-I
PERÍODO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA
 SINATURA DESTA CONTRATO.
VALOR ANUALESTIMADO DO CONTRATO: R\$ 12.780,00 (DOZE MIL, SETECEN
 OITENTA REAIS).
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 141010312250464216.339030.100
DATA DA ASSINATURA:28/09/2017
EMBASAMENTO LEGAL:LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 27/10/2017 às 11:23:12 foi protocolizado o documento sob o Nº 72766/17 da subcategoria Contratos , exercício 2017, referente a(o) Defensoria Pública do Estado da Paraíba, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Elisangela Cunha Barreto.

Número do Contrato: 000000272017

Data da Publicação: 27/10/2017

Data da Assinatura: 16/10/2017

Data Final do Contrato: 15/10/2018

Valor Contratado: R\$ 12.780,00

Situação do Contrato: Vigente

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, LOTE Nº II DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Contratado (Nome): WANDERLY SOARES DE SOUSA EPP

Contratado (CNPJ): 11.589.693/0001-16

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Documento	Informado?	Autenticação
[PDF] Contrato	Sim	bb45d333954de64bde6e5e074e7023fc

João Pessoa, 27 de Outubro de 2017



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB